

# O acontecimento e as fontes de informação: da abordagem ritualística à hermenêutica

**THALES VILELA LELO**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – E-mail: [thales.lelo@gmail.com](mailto:thales.lelo@gmail.com)  
Mestrando em Comunicação Social na UFMG. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## Resumo

A partir de uma investigação empírica realizada no Caderno *Gerais* do Jornal *Estado de Minas*, este artigo pretende averiguar a determinação das fontes de informação no impresso segundo um panorama teórico fundado na hermenêutica do acontecimento. Esta ancoragem analítica emerge como contraponto a um enfoque ritualístico para a modelação das fontes de determinada pauta - enfoque este que privilegia fontes enquadradas em modelos específicos já assentados nas rotinas de trabalho. Pelo prisma hermenêutico tais fontes se estabelecem em conjuminância à própria gestação do acontecimento no cotidiano e na redação jornalística. Deste modo, as rupturas que descampam na atmosfera social são avaliadas enquanto fontes de sentido para o engendramento, na redação, de experiências públicas de gerenciamento das discontinuidades.

## Palavras-chave

Jornalismo; Fontes de informação; Hermenêutica do acontecimento

## Abstract

From an empirical research conducted in the editorial *Gerais* of the newspaper *Estado de Minas*, this paper aims to investigate the determination of the sources of information in the newspaper in accordance with a theoretical background based on the hermeneutics of the event. This analytical anchoring emerges as a counterpoint of ritualistic approach to the modeling of the sources of certain agenda – kind of approach that focuses sources framed on specific models settled in work routines. Through the prism hermeneutic such sources given stability in accordance of event conduction in daily life and in journalistic bureau. Thus, disruptions that emerges in the social atmosphere are valued as sources of meaning for the begetting public experiences of managing discontinuities at bureau.

## Keywords

Journalism; Sources of information; Hermeneutic of the event

Artigo recebido em 12/02/2013

Aprovado em 29/03/2013

**N**os estudos em Jornalismo, a presença das fontes de informação na produção de notícias é apreciada ora como um dos grandes focos de tensão entre mundo social e imprensa ora como um dos principais recursos empregados por esta para conferir legitimidade a seu discurso. Maurice Mouillaud (2002), a título de exemplo, falava de um “sistema de citações” que se tornara um paradigma na produção noticiosa da segunda metade do século XX na França. A “voz do jornal” não seria mais autorizada por seu status simbólico, mas sim por se aproveitar de uma série de fontes dispostas nas camadas de texto - visando assim criar a imagem de uma empresa empapada de pluralismo. O autor propõe que a intenção retórica do periódico é se apagar “atrás do enunciado que cita, ou que se apropria” (2002, p.128). Este mecanismo também foi documentado por Gaye Tuchman (1999) como uma maneira de o jornalista manter as crenças do seu leitor e evitar críticas a um discurso que é comercializado miticamente como “objetivo” e “impessoal”. A fala do outro, descolada de seu contexto de produção e reorganizada em uma matéria jornalística também serviria para criar a impressão de que existiram fatos que “falariam” por si mesmos sem a influência profissional, de modo que “ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa” (1999, p.82).

Se a imprensa é notadamente dependente das fontes que menciona, nas pesquisas da área, diversas classificações já foram apresentadas intencionando definir em quais tipos se enquadrariam cada uma dessas “vozes” que dão corpo à “palavra do jornal”. Nilson Lage (2004) documenta três grandes classes: as fontes oficiais, oficiosas e independentes; as primárias e secundárias e as testemunhas e *experts*. Caminho semelhante toma Mauro Wolf (1999) reduzindo, entretanto, estes conjuntos em dois eixos centrais: o de fontes oficiais e o de fontes provisórias. Já Miquel Rodrigo Alsina (2009) privilegia as interações convencionais entre repórteres e suas fontes: cooperativa, de independência mútua e de dependência total, enquanto Erik Neveu (2001), a seu modo, se volta para as engrenagens comuns que fontes empregam para comandar o trabalho jornalístico, a saber: o privilégio e a punição.

Esta breve listagem de alguns estudos que se ocuparam em refletir acerca do relevo das fontes na rotina produtiva do jornal em seu processo de construção de um dizer sobre o mundo é útil para que seja definido o foco deste artigo. Não desconsiderando a importância destas correntes, objetiva-se apreender a interação com as fontes sob outro viés: não enquanto elementos de uma matriz articulável genericamente para o cotidiano da redação, mas renovados nas tensões que circunstancialmente se fazem prementes entre o acontecimento, seus agentes e sua construção no jornalismo. Assim, fontes oficiais, oficiosas ou independentes passam a não ser classificáveis em anterioridade ao acontecimento, só adquirindo estas alcunhas em relação a um momento particular (e sendo sensíveis aos desdobramentos deste momento). Por este pano de fundo, os “ecos” do acontecimento na atmosfera da redação são fundamentais na resolução dos atores de uma matéria jornalística.

O texto será segmentado em três etapas, tomando como centro para análise e discussão um caso particularmente relevante (e dissonante) observado *in loco* no interior da redação do Caderno *Gerais* do Jornal *Estado de Minas (EM)*<sup>1</sup> a partir de uma pesquisa de campo realizada no impresso em fevereiro de 2012<sup>2</sup>: a) inicialmente, o objeto será averiguado tendo como pano de fundo uma abordagem ritualística do acontecimento (implícita nas classificações de fontes descritas acima); b) em seguida, esta perspectiva será confrontada com um novo exame do corpus à luz da hermenêutica

---

1 O *Estado de Minas* é ainda a grande referência em jornalismo da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Fundado em 1928 e incorporado aos Diários Associados de Assis Chateaubriand em 1929, se tornou o único periódico a sobreviver até os dias atuais sem interrupções em sua publicação nem mesmo nos anos de chumbo da ditadura militar. Talvez por isto o “lugar de fala” do jornal tenha adquirido estes matizes de “grande monopólio” do Estado, se consolidando com o slogan de “jornal dos mineiros”. Atualmente, o jornal é lançado às bancas diariamente e possui uma tiragem de 73 mil em dias úteis, com um público leitor de 531 mil na grande Belo Horizonte.

2 Esta pesquisa foi realizada para elaboração da monografia de conclusão de curso do autor, e os seus resultados iniciais foram atualizados sob a luz de novas inquietações teóricas. A investigação, na época de sua realização, havia sido segmentada em três etapas: 1) observação de campo, concretizada entre os dias 1 e 15 do mês de fevereiro de 2012; 2) Escrita de um diário de campo, no qual foram anotados os aspectos mais relevantes da fase etnográfica; 3) Análise mais pontual de conteúdo servindo a dois propósitos: a) um entendimento de como a “palavra do jornal” se estabilizava parcialmente nas massas de textos; b) uma visão panorâmica da rotina de produção pela sua obra simbólica, o jornal.

do acontecimento; c) por fim, em complementação à segunda etapa de análise, será realizada uma discussão mais específica acerca do engendramento de experiências públicas na redação jornalística, ensejando equilibrar a tríplice composta por acontecimento, sistema organizacional e agenciamento das fontes.

## Ordenações do inesperado

“A história por trás de um crime bárbaro” (3/02), “Gritos de socorro não impediram assassinato” (4/02), “Entre o medo e a morte” (5/02) e “Efeito Ana Alice lota delegacia” (7/02): em sequência, estas são as manchetes principais que estamparam as capas do Caderno *Gerais* do *EM* no início de fevereiro. Neste período, a redação foi invadida por um crime bárbaro envolvendo um casal de classe média-alta da metrópole de Belo Horizonte. A vítima, Ana Alice Moreira Melo, de 35 anos, foi assassinada na madrugada do dia 2 de fevereiro por seu marido, o empresário Djalma Brugnara Veloso, de 49 anos, na residência do casal, em um condomínio luxuoso localizado no município de Nova Lima.

O caso envolveu a redação do jornal logo pela manhã da data supracitada<sup>3</sup>, e, embora não tenha reverberado fortemente na ala do *Gerais* quando despontado, acaba por se tonalizar a ponto de ser o centro de convergências das discussões de pauta dos cinco dias posteriores ao ocorrido (de 02/2 a 06/2). Diversas reuniões pontuais (feitas com os repórteres do Caderno e com o editor-chefe) ocorreram para debater o tratamento do evento pelo jornal. O tipo de cobertura, por não estar previamente definido, gerou oscilações em sua demarcação. Estas oscilações, sobretudo, se conectaram ao modo como esta irrupção à ordem cotidiana se encaixaria a uma rede de eventos similares etiquetados sob uma mesma esteira. Nitidamente, o acontecimento foi

---

<sup>3</sup> A primeira matéria veiculada pelo grupo Diários Associados se deu no portal do *EM*, às 7h10 do dia 02/2. ([http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/02/interna\\_gerais.275659/empresario-mata-ex-mulher-em-condominio-de-luxo-de-nova-lima.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/02/interna_gerais.275659/empresario-mata-ex-mulher-em-condominio-de-luxo-de-nova-lima.shtml))

sendo escavado, reconstituído e preparado para ser conduzido à experiência pública. Neste processo, os repórteres se informam também por outros meios para permanecerem no caminho da “exclusividade”.

No grande choque que caracteriza o caso, foram destravados artifícios de modelização, vislumbrando manchetes que já indicariam a linha de condução do periódico no dia posterior. Emergem inúmeras possibilidades de encadeamento: seria este assassinato uma prova cabal da ineficiência da Lei Maria da Penha? Ou ele teria como nó górdio a duvidosa carreira moral de Djalma Brugnara? Sua família teria ligação com mafiosos? Ana Alice poderia ser a vítima-exemplar de um machismo adolecido às últimas consequências? Ante a miríade de interpretações possíveis, uma premissa básica guiou os profissionais do *Gerais*: o de inserir a cobertura do caso no imaginário social destacando sua gravidade simbólica (sintetizada pelo selo de “crime passionnal”).

Desta mirada, mesmo um acontecimento brutal como este não viria descolado do conjunto de expectativas sobre a posição daquela mulher enquanto vítima e a de seu marido enquanto algoz. O processo evenemencial, ao recorrer a explicações mais gerais da ocorrência, se aproveitaria da linguagem para expor uma cadeia significativa que envolveria o acontecimento em uma forma convencional, já vivenciada, na qual não haveria imprecisões quanto ao desenho da cena desencadeadora do episódio e dos personagens que seriam convocados para “falar sobre o ocorrido” (os advogados de ambos, as autoridades policiais, os familiares chocados e estarecidos, o juiz que teria emitido uma medida protetiva dias antes para Ana Alice visando protegê-la do marido ameaçador).

O caráter “não aguardado” destes acontecimentos viria acoplado a seu processamento rotineiro na redação do jornal. Ainda que angariando desestabilizações à normalidade das instâncias da vida comum, na rotina profissional o abalo propiciado pelo acontecimento seria estancado. Gaye Tuchman (1973) é uma das grandes popularizadoras de tal perspectiva de análise. Em sua pesquisa centrada nas definições

do que é “noticiável” por parte do meio jornalístico, a autora chega mesmo a dizer que “as tipificações (...) impõem a ordem em eventos como as matérias-primas das notícias e isso reduz a variabilidade de casos que são suas matérias-primas” (TUCHMAN, 1973, p.125, tradução do autor).

Apreendendo mesmo eventos de magnitude acentuada como histórias sedutoras à tipificação, Tuchman diz que essa esquematização daquilo que será noticiado ocorre ensejando soluções práticas “à mão” em face de um trabalho de apuração problemático<sup>4</sup>. Para a socióloga, repórteres não qualificam caso a caso os acontecimentos que convocam sua atenção, mas sim classificam “acontecimentos como notícias em acordo com a forma que eles ocorrem e em acordo aos requisitos da estrutura organizacional dentro da qual aquelas histórias são construídas” (TUCHMAN, p.116, tradução do autor).

Esta familiarização do imprevisto na vida profissional pode ser articulada ao “protocolo” que o “caso Ana Alice” seguiu no interior da redação do *EM*. Particularmente, das classificações que Tuchman sugere como modelos de captação dos acontecimentos que serão publicados, aquela que mais se sintoniza à morte da procuradora é a “*what-a-story*”<sup>5</sup>. Tipificação que simboliza uma quebra mais intensa das expectativas convencionais de apuração, este modelo gera no sistema jornalístico um arranjo não usual das rotinas produtivas. Esta configuração, de todo modo, está em afinação à “atitude natural” da redação por ser envernizada no “rotineiramente inesperado”. Nestes episódios, há um remanejamento dos horários de atuação, do número de participantes na cobertura, e uma constante investigação dirigida a “normalização” do inesperado em um quadro mais amplo de eventos similares. O choque causado pelo acontecimento, de todo modo, seria acolhido na redação dentro de uma estrutura já tacitamente normatizada de construção do mundo social.

---

4 Nas palavras de Tuchman, “o esforço dos jornalistas em criar e recriar situações estáveis para lidar com notícias inesperadas é um contínuo processo em andamento” (1973, p.121, tradução do autor).

5 Por não encontrar uma tradução mais próxima ao sentido original do termo, optei por conservá-lo em inglês.

Na cobertura do caso Ana Alice, o anseio por obter um traço de “exclusividade” foi o escopo que norteou o tratamento da pauta. Isso porque nos canais de televisão e na internet o acontecimento já estava em curso. Djalma Brugnara assassinou a mulher na madrugada do dia 2/02. Logo no início da manhã, a notícia já havia tomado as manchetes de programas de rádio, portais virtuais e boletins de televisão. Ainda que o *EM* seja diário, suas notícias de um dia são sempre decorrentes de apurações do dia anterior. Assim, quando a última edição do dia vai às bancas, por volta de 20h, haverá sempre uma “brecha” de 24 horas para a próxima edição. Assim, neste caso, quando o jornal do dia 2/02 foi distribuído, já estava atrasado em relação aos outros veículos por não ter feito a cobertura de um grande acontecimento ocorrido na madrugada do mesmo dia. Sendo assim, na edição seguinte, não bastaria tão somente descrever o episódio - já fartamente tratado na mídia, diga-se de passagem - mas sim encontrar algo que os outros ainda não dispunham, a saber, uma “informação exclusiva”. Esta meta em obter o “especial”, aquilo que seria distinto do apresentado pelos outros meios e que revigoraria os laços de confiança do leitor na qualidade da cobertura do *EM*, foi o limiar de agenciamento dos atores para um protocolo “rotineiramente inesperado” de sondagem das redes de intriga que estariam entrelaçadas ao evento e dos atores conectados a elas.

O ponto de exclusividade buscado foi investigado também a partir de uma memória de ressonâncias públicas e de acontecimentos notórios. Cabe mesmo dizer que este interesse é gestado no jornal, ainda que necessariamente não seja relevante em termos de propagação na esfera pública. Em harmonia ao que foi dito por Tuchman, o tratamento do “caso Ana Alice” no impresso veio majoritariamente em associação a outros eventos que pretensamente confeririam sentido a ele. A título de exemplo, na edição do dia 03/2, na segunda página do Caderno *Gerais*, um *box* ocupando metade de uma coluna intitulado *Memória*, trazia à baila o episódio do assassinato de uma cabelereira da capital que havia sido morta pelo seu ex-marido dentro de seu salão de beleza, em 2010. O crime foi amplamente noticiado à época em decorrência de sua gravação pelo circuito interno de vigilância do estabelecimento. Como relembra Elton Antunes em um texto sobre a cobertura de delitos violentos em impressos, “a imagem

correu o país (...) e a ação de grupos de defesa dos direitos da mulher e que atuam contra a violência doméstica ajudou a pressionar as autoridades pela captura e prisão do assassino” (2012, p.280). Assim, na referida edição do *EM*, este evento foi lembrado a partir do seguinte enunciado:

A ineficácia do sistema de proteção a mulheres ameaçadas já fez outras vítimas que se tornaram célebres em Minas. Um dos casos mais chocantes ocorreu em janeiro de 2010, quando Maria Islaine de Moraes, de 31 anos, levou sete tiros do ex-marido dentro do próprio salão de beleza. (*ESTADO DE MINAS*, 03/02/2012)

Tal remissão aponta uma estrutura causal rotineira elegida para o acontecimento: o homicídio da procuradora vem na esteira de outras cenas violentas que já foram matéria-bruta dos noticiários, ocasionadas por homens que ainda se veem no direito de agredir suas esposas e por um aparato judicial transpassado por brechas, de modo que na terceira página do Caderno daquele dia (3/02) há uma matéria dedicada exclusivamente às intermináveis burocracias judiciais que impediriam a eficácia da Lei Maria da Penha. Cabe lembrar que, quando Ana Alice Moreira foi assassinada, estava sob medida protetiva judicial e seu marido não poderia, em tese, se aproximar dela.

As fontes acionadas despontam conjuminadas a este enredo: nas três páginas dedicadas à morte de Ana Alice no dia 2/03, juízes, advogados e delegados são transmutados em vozes fidedignas para narrar o acontecido. Nesta edição, nenhum familiar ou amigo dos envolvidos foi entrevistado, e quase não foram empregadas fontes não oficiais. Somente um sujeito apresentado como “vizinho” da empresa de Djalma Brugnara é aproveitado como fonte, e unicamente para dar consistência à tese de que o marido de Ana Alice possuía uma empresa suspeita, que nunca estava de portas abertas. Em primeira mirada isto pareceria dissonante ao enredo causal formulado, mas, no contexto no qual surge esta fonte, parece corroborar com a hipótese de que Djalma, além de violento, era de índole suspeita.

Por este viés, a conclusão mais adequada seria a de que, se o assassinato da procuradora pelo seu marido tomou a forma de “violência contra a mulher”, foi em função de um traçado rotineiro de expectativas no interior da redação.

## Hermenêutica do acontecimento

A averiguação empreendida até o presente momento do sistema formal de produção de notícias poderia ser também nomeada como “ritualística”. Isto porque promove claramente uma “suspensão temporal do acontecimento; construído na forma ritual, ele é inscrito numa serialização que ultrapassa o tempo presente, e, numa fusão de tempos, se transforma em repetição (retorno) de um ato fundado” (FRANÇA, 2012a, p. 44). Nesta linhagem teórica, “o processo de ressignificação do evento se dá pela interposição de formas sociais cristalizadas – seu reconhecimento é marcado por referências compartilhadas pela sociedade e fortemente simbolizadas” (FRANÇA, 2012a, p. 44). Tal descrição não seria inválida para interpretar a proposta conceitual de Gaye Tuchman, e, exatamente por isso, ela expõe uma face de insuficiência desta perspectiva, por evidenciar na formulação da autora e nas categorias oferecidas por ela para a interpretação de acontecimentos no Jornalismo uma tentativa de generalização das coberturas em esquemas típicos que não levam em conta as particularidades das situações que se constituem transcendendo o universo da redação e que possibilitam que um fenômeno seja percebido como um acontecimento de relevância pública – sendo então passível de cobertura noticiosa.

Como Vera França (1998) explanou, o jornal se insere em uma atmosfera de interlocução pública, no qual ele não é figura privilegiada, mas sim um dos muitos artífices de uma intriga que se tece em torno de determinadas situações problemáticas e que “dá voz” a uma pluralidade de experiências comuns. As irrupções que transpassam o cotidiano não adquirem sentido em um sistema de trabalho padronizado isolado de outras esferas do mundo objetivo. Elas contraem suas colorações peculiares por meio de sua unicidade. O transcorrer dos acontecimentos pode vir a revelar possibilidades impensadas - que convocam para si uma reconstituição do fluxo de condutas desempenhadas na edificação do mundo comum. Estaríamos sempre sujeitos a uma “outra primeira vez”, uma situação ainda não inventariada no repertório partilhado.

Sendo assim - e contrariando o que supunha Tuchman - não é razoável estender a proeminência das expectativas provenientes do universo da redação como se elas, por si mesmas, revelassem todas nuances do acontecimento.

Uma atenção adequada para a cena social e os enlaces que se enredam por meio dela não deve apreender a “palavra do jornal” como previamente instituída. Ela floresce nesta contínua “outra primeira vez”, que cria seus agentes e seus rumos - e ainda tornam razoáveis os esquemas interpretativos que os acolhem em uma cadeia significativa. Nesta guinada, uma abordagem mais promissora, seja por garantir a proeminência do acontecimento na cobertura noticiosa, seja por não emoldurar as fontes em uma coletânea típica meramente reificada, é oriunda da hermenêutica do acontecimento, elaborada principalmente por Louis Quéré, sociólogo francês contemporâneo que se aporta no pragmatismo filosófico do início do século XX. O autor assegura que “quando um acontecimento se produz, qualquer que tenha sido sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram. O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p.62). A descontinuidade destravada pelo acontecimento pede para ser compreendida circunstancialmente, gerando sujeitos que são afetados pelo impacto da ocorrência e que começam a tentar entender suas causas e adotar condutas prospectivas em função da fenda aberta. O potencial hermenêutico do acontecimento emana então do fato de ele ser palco de encontros, interações, confrontações e determinações recíprocas que têm lugar na experiência.

O acontecimento possui um poder de revelação, de possibilitar a exploração de situações problemáticas que se mantinham ocultas. Sendo assim, “os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam” (QUÉRÉ, 2010, p.35). A individualidade do acontecimento nasce destes efeitos de sentido que ele produz. Na experiência cotidiana, ele não é percebido como algo isolado no mundo. Ele é notado como “uma porção do mundo circundante” (QUÉRÉ, 2005, p.73), em conexão às outras esferas da vida, e gera

reação e interpretação orientadas por propósitos práticos de ajustamento e elaboração de condutas.

Vera França, em defesa desta perspectiva, chega mesmo a assegurar em determinado contexto que “a pauta de acontecimentos de uma sociedade (...) nos diz dessa sociedade naquele momento; do seu conjunto de valores, da maneira como vive, exprime e cobra o cumprimento desses valores” (2012b, p.19). Mas como é possível olhar para o assassinato de Ana Alice Moreira por este prisma? E como os agentes do caso adquirem o mérito de serem considerados fontes fidedignas de informação para o *EM*?

Sondando a cobertura do caso Ana Alice em afinação às considerações anteriores, uma alteração significativa se efetiva no terreno de construção do objeto: o epicentro de análise deixa de ser exclusivamente a construção típica da palavra do jornal para dar lugar ao acontecimento em si como configurador de seus enlaces. O assassinato cria uma descontinuidade na experiência e, em seu acontecer, agencia aqueles afetados pelo seu impacto, modelando-os como particulares “agentes do acontecimento”. A palavra do jornal, neste curso, não se impõe sobre a ocorrência a enforjando conforme seus interesses, mas também é agenciada e determinada parcialmente pelo choque provocado. E, se a palavra do jornal é fígada na torrente deste impacto, seu esmero será em soldar certa estabilidade àquilo que está descontínuo.

Antes de adentrar neste tema, retomo mais uma vez a Louis Quéré que diz, convocando Charles Peirce: “A experiência direta é simplesmente; ela não indica nada” (2012, p.29). Momentos atrás discorreu-se sobre a eleição de fontes oficiais para a primeira matéria publicada do Caderno *Gerais* sobre o homicídio cometido por Djalma Brugnara em detrimento daquelas que seriam particularmente as verdadeiras envolvidas na ocorrência (os filhos e familiares da vítima, a babá que estava na cena do crime e foi a responsável por esconder as crianças do casal, amigos de ambos, etc.). Esta opção não foi feita unicamente em prol de um esquema habitual de apreensão do fato. Evidentemente que ao olhar para o jornal em si não há como inferir de outras formas de

cobertura ensaiadas, já que o que está no papel é uma configuração peculiar do que se pôde construir ao redor do acontecimento, mas, entendendo esta “palavra” que emerge nas páginas do *EM* como um ponto parcial de chegada de uma série de tentativas experimentadas no decorrer do dia da redação, novas pistas podem ser intuídas. E o que elas indicam?

Em 2/02, quando Ana Alice Moreira foi assassinada, não houve no Caderno *Gerai*s uma definição única de abordagem do evento. Na busca pelo “exclusivo”, o ensejado pela redação, preferencialmente, seriam entrevistas com testemunhas e envolvidos diretos na morte da procuradora. Todavia, para que alguém se torne uma fonte particular de um acontecimento, é preciso que ela consiga reagir, primeiramente, à “pressão oriunda do exterior, à resistência, à restrição causal e à força brutal, ao lado eruptivo e disruptivo do que, além de ser imprevisível (...) é inalisável e inapropriável” (QUÉRÉ, 2012, p.29). E isso, no referido dia, ainda era notadamente impossível para aqueles que teoricamente mais contribuiriam para a edificação da “palavra do jornal”. Em uma das notas oficiais da família da procuradora (posteriormente publicada no portal do *EM*<sup>6</sup>), foi mencionado que “a melhor forma de homenagear a memória de Ana Alice Moreira de Melo é manter o silêncio para preservar seus filhos” (*ESTADO DE MINAS*, 04/02/2012). Isto porque os mais afetados pelo choque do acontecimento ainda não podiam se mobilizar por meio dele, “abrir a boca” e dizer à imprensa do ocorrido e dos seus detalhes. Atônitos, não tinham o potencial combativo de se alinharem como fontes e relatarem um evento que os tocou.

A resistência imposta na emergência exige, para sua apreensão, um mínimo de distanciamento. Se, como afirma Louis Quéré (2005), acontecimento e sujeito surgem em uma ligação inextrincável, “apropriar-se do acontecimento” só é admissível quando podemos “enfrentar” o que nos avassala e acender uma iniciativa sob um quadro de paralisia gerada no golpe desprevenido. E este acolhimento do acontecimento em uma

---

<sup>6</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/04/interna\\_gerais,276083/atonitos-familiares-e-amigos-da-procuradora-assassinada-tentam-encontrar-explicacao.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/04/interna_gerais,276083/atonitos-familiares-e-amigos-da-procuradora-assassinada-tentam-encontrar-explicacao.shtml). Acesso em 2/06/2012.

rede dotada de passado e futuro necessita um recolhimento, um “suportar” e “digerir” a colisão. Assim, se o jornal recorreu, a título de exemplo, às fontes oficiais para explicar o “caso Ana Alice” ou ainda a “uma memória” de outros crimes passionais e às vozes ainda inconsistentes de familiares das vítimas, é porque sua resposta aparentemente rotineira em face de uma ocorrência é a única possível inicialmente para conferir um mínimo de estabilidade a uma grande ruptura<sup>7</sup>. Esta “reação” ao inesperado é em algum grau ritualizada, como expôs Gaye Tuchman, mas de forma alguma engessa o acontecimento em um protótipo.

Como o jornal reage quando alguém não quer (ou não pode) falar? Pressionando o mundo social para que acelere a “digestão” da descontinuidade. O *Gerai*s tenta, sem sucesso, obter citações de parentes de Ana Alice. Quer saber como estão os filhos da procuradora. Quer resgatar a figura da babá dos meninos, que os protegeu enquanto a mulher era esfaqueada. Quer saber em qual lugar se esconde o assassino. Porém, não há retorno. As motivações do crime ficam ainda obscuras, e seus agentes ainda estão por demais comovidos para reconstituir o que lhes abalou. O *EM* não detém o controle da “narração do fato”. É submerso por uma rede de intrigas e reverberações. Tal situação contingencial é ainda mais evidente quando, na madrugada de 3/02, Djalma Brugnara é encontrado morto em um motel da grande Belo Horizonte com 28 perfurações distribuídas pelo corpo. A redação acredita que o homem já havia premeditado cometer um duplo assassinato, extinguindo sua vida junto com a de sua esposa. Mas não há como chegar a tal conclusão. As cicatrizes do primeiro acontecimento (morte da procuradora) são as únicas marcas atribuíveis a este outro acontecimento (tratado como reverberação do primeiro).

Na mesma matéria do portal do *EM* mencionada acima, um subtítulo abre uma

---

<sup>7</sup> Apesar deste não ser o foco da presente investigação, é relevante ressaltar que a qualidade de “grande ruptura” que o caso Ana Alice detém deriva em grande medida do fato de ter ocorrido em uma camada socioeconômica privilegiada na sociedade belorizontina, de modo que sua emergência se apresenta como uma contingência de um estrato social que não costuma figurar na mídia por meio de eventos como este (já que em canais de televisão e impressos crimes passionais são costumeiramente vinculados às classes economicamente desfavorecidas).

razão plausível para que Djalma tivesse se suicidado: “Ele não suportou o que fez”. As falas dos irmãos do marido de Ana Alice aparecem unicamente para resgatar o clima de incompreensão criado pela ruptura: “Ele foi um bom pai, um bom marido, um bom irmão e um bom filho. Tinha um grande coração” (*ESTADO DE MINAS*, 04/02/2012). Por isso, para quem das suspeitas de que Djalma tivesse assassinado a mulher por ciúmes, interesses financeiros ou quaisquer razões escusas, permaneceriam as sensações de que “foi um momento de descontrole emocional. Ele e a Ana não mereciam isso. Meu irmão amava a família, tanto que não conseguiu suportar o que fez e acabou se matando.”<sup>8</sup>

## Experiências públicas engendradas

Anteriormente discorreu-se sobre uma atitude “controladora” do jornal para com o acontecimento, no sentido de conferir a aquilo que estava além do esperado uma rede de explicações causais. Pretendo-me deter novamente nesta esfera, mas sob outra ótica, vasculhando a maneira como o acontecimento incide na rotina profissional e cria um determinado “clima” na redação. Esta atmosfera é o que permite ao jornal interceptar nos meandros de uma ocorrência, particularizando-a com um “selo” ou uma “alcunha” própria.

Na redação do Caderno *Gerais* do *EM*, o acontecimento “morte da procuradora” é um centro de referência de uma série de sondagens que trafegam naquilo que seria pertencente às entrelinhas: as intenções do homicídio<sup>9</sup>, os tipos de agentes engajados no enredo, as consequências diretas dele na vida dos próximos ao casal, as reverberações (o suicídio de Djalma Brugnara, o laudo da faca utilizada na cena do crime). E, sendo este campo instituído o artífice primordial de uma ação pública (o “escrever sobre o

---

<sup>8</sup> [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/04/interna\\_gerais.276083/atonitos-familiares-e-amigos-da-procuradora-assassinada-tentam-encontrar-explicacao.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/04/interna_gerais.276083/atonitos-familiares-e-amigos-da-procuradora-assassinada-tentam-encontrar-explicacao.shtml). Acesso em 2/06/2012

<sup>9</sup> Na primeira página do Caderno *Gerais* do dia 3/02, um *box* intitulado “A Crise” apresentava uma linha do tempo com as motivações e enlaces que levaram ao assassinato de Ana Alice Moreira.

acontecimento” por parte dos profissionais da redação), sua construção conjuga-se com a forma na qual tal problema se incrusta na experiência.

Mais uma vez Louis Quéré (2003) oferece uma contribuição expressiva para que se discorra sobre esta questão, em sua discussão mais específica acerca da construção das experiências públicas por meio de atos de focalização. O autor aborda a experiência pública de um viés pragmático. Tratando-a enquanto forma (uma compreensão comum), propõe que esta “orienta e anima atitudes e comportamentos” (QUÉRÉ, 2003, p. 120, tradução do autor), sendo uma realidade intencional que ergue mundos possíveis. A dimensão impessoal do público o liga a um contexto institucional que faz sentido, precedendo às posturas individuais por meio de uma amarração que conecta seus dizeres e devaneios em uma experiência em público. O autor alerta que esta experiência é uma focalização comum dos atos, inscritos no presente e com projeção de um horizonte possível. Esta sintonia assinala duas direções do público: paciente e agente. Nesta linha, o autor retoma a conceituação de experiência em John Dewey (2010)<sup>10</sup>, avaliando a comunidade instituída pelo público como uma travessia, iniciada na exposição à afetação de um acontecimento que anseia por intervenção e descoberta (de sentimentos, emoções).

Porém, percorrer este curso com um mínimo de razoabilidade exige que um inquérito desponte, refletindo sobre os sujeitos que podem ser afetados e “as consequências indiretas de uma atividade social, de uma decisão ou de um acontecimento” (QUÉRÉ, 2003, p. 124, tradução do autor). Este processo de controle das vias intempestivas de uma ocorrência que suscita atenção por seu caráter problemático permite “o desenvolvimento de debates e de confrontações e julgamentos sobre os resultados da exploração e as disposições a serem tomadas” (QUÉRÉ, p.123,

---

<sup>10</sup> De modo mais geral, Dewey fala deste contraste entre agir/sofrer como inerente a qualquer experiência (e não só ao público). De um lado, diz que em toda experiência há uma parcela de sofrimento, que é aquilo que provém do ambiente e agencia os sujeitos que tem as competências necessárias para incorporá-lo e torná-lo coerente. Em um segundo momento, indica haver na experiência também um componente de ação que é destravado a partir da percepção e avança como um impulso - se tornando vivenciado por um sujeito que atua como agente.

tradução do autor).

Em ocasião semelhante, o público se coloca sob os auspícios de uma dupla partilha: uma primeira que diz respeito ao “entre” os indivíduos e ao laço encarnado de ações sob um ambiente arquitetado com as marcas do comum que é público em sua essência<sup>11</sup>, e uma segunda associada à focalização conjunta, a uma emoção que se instala mais uma vez no “entre” os indivíduos, “configurada e apoiada por uma comunicação (...) que transforma a partilha de fato em uma ‘partilha compartilhada’” (QUÉRÉ e TERZI, 2012, p.306).

Se no tratamento da morte de Ana Alice Moreira (e em seus desdobramentos) por parte da redação do Caderno *Gerais* houve o engendramento de uma ação pública de reação ao acontecimento, a emoção dividida pelos jornalistas na experiência de vivenciar (e digerir e atravessar) a ruptura permite que eles distribuam suas expectativas sobre o caso e as encarnem em conjuminância a suas “posições” no episódio. Estas expectativas percorrem os enigmas do assassinato e a distribuição dos envolvidos na cena (o “perfil” de Djalma Brugnara, a característica das possíveis fontes que deveriam ser interrogadas, etc.), indo em direção à resposta emocional habitual da redação em face daquilo que logo de saída é defrontado como um grande evento.

E porque esta interação íntima com o evento é importante no seio do *EM*? Pois é por meio dela que a “palavra do jornal” poderá ganhar estabilidade e domesticar a dissonância profunda, sedimentando suas fendas em um quadro costumeiro compreensível para o leitor. A “comunidade de controle” do inquérito aos poucos vai arrefecendo a calamidade incontrolável de um acontecimento em um objeto de estudo do jornal (que se alavanca na empreitada de explorar e lançar luz nas cadeias de problemas conectados ao trauma inaugural). No caso em questão, a violência contra a mulher é o terreno em que a morte de Ana Alice aos poucos vai se inserindo na narrativa

---

<sup>11</sup> Louis Quéré e Cédric Terzi falam desta partilha fundamental como um “experimental em comum”, “manifesto para todos porque (...) é visível em suas expressões e em seus comportamentos, havendo, então, a simples partilha de fato que confere um caráter coletivo à emoção unicamente no sentido distributivo do termo” (2012, p.306).

criada pelo *EM*.

A cristalização do acontecimento nesta grade temática só ocorre de forma clara quando o inquérito acerca da morte da procuradora e o laudo da faca encontrada no motel em que Djalma se suicidou avançam conjuntamente no apontamento de um desfecho para as turbulências da ocorrência. Assim, passa a ser possível para o jornal encabeçar uma manchete com os seguintes dizeres no dia 7/02: “Violência contra a mulher - Após assassinato de procuradora, unidade especializada registra aumento de 40% nas denúncias de mulheres agredidas. Número de queixas/dia subiu 18,5% este ano” (*ESTADO DE MINAS*, 07/02/2012). Esta chamada apresenta de antemão uma conclusão do caso Ana Alice: ela foi morta pelas mãos de um homem ciumento do qual tentava se separar havia muito tempo, mas foi impossibilitada devido a um sistema judiciário ineficiente que não permitiu a obtenção de medidas protetivas que garantissem sua salvaguarda. Sendo este acontecimento um objeto de referência, outras mulheres, envolvidas pelo mesma situação e cientes das resistências do aparato jurídico geram outro evento, que é este aumento de 40% nas denúncias de violência (possivelmente para evitar um remate similar de suas situações conjugais).

Não é ocasional, então, a presença de um *box* ao lado desta primeira manchete intitulado “Trabalho da polícia está perto do fim”, no qual é revelado que praticamente não há dúvidas sobre as causas e motivações que levaram à morte de Ana Alice e ao posterior suicídio de seu marido. Isto reforça a tese de que o acontecimento já pôde se inserir em um horizonte coeso. É por este horizonte que outras mulheres, se percebendo também como “vítimas de violência”, passariam a fazer boletins de ocorrência contra seus esposos, mobilizariam o aparato judicial e ainda revelariam suas condições atuais problemáticas no casamento para o jornal - emergindo como fontes fidedignas de informação.

Em matéria do dia 6/02, com o mesmo selo “Violência contra a mulher”, o *EM* oferece um arsenal de casos similares ao que a procuradora Ana Alice Moreira supostamente vivia. A matéria intitulada “Crimes passionais em série” desta edição

ostenta o seguinte subtítulo: “No fim de uma semana marcada por morte de procuradora, rapaz é morto em BH após ameaçar a ex-companheira. Em Montes Claros, jovem faz ex-namorada refém por seis horas. No Sul, Kléber Gladiador é denunciado pela esposa, jornalista mineira” (*ESTADO DE MINAS*, 06/02/2012). O trauma propiciado pela morte da procuradora de Nova Lima “domesticado” no âmbito público, já se inseriu então na experiência da metrópole como um evento passado, com sua intempestividade sendo acolhida a uma teia de narrativas similares.

## Considerações finais

A análise da cobertura da morte da procuradora Ana Alice Moreira Melo pelo Jornal *Estado de Minas* permitiu entrever a emergência das fontes de informação em referência aos acontecimentos que irrompem na vida social e que aos poucos transmutam alguns sujeitos em “autoridades” ou “testemunhas” para discorrer acerca de uma ocorrência. Diferentemente da ótica ritualística que se assenta no caráter modelizado e típico um repertório de fontes configuradas em função de eventos corriqueiros, habituais, a abordagem hermenêutica propõe que a “legitimação” das fontes é subordinada à capacidade de agenciamento da redação em face de uma irrupção no cotidiano e às nuances do processo evenemencial em sua unicidade. Os acontecimentos não só colidem com a aparente camada de estabilidade da ordem social, mas permitem reações plausíveis. A atitude tomada no choque com o acontecimento pode se consolidar por meio de um efeito agremiador e de edificação de uma experiência pública de focalização, compreensão, e, sobretudo, de experimentação conjunta. Neste movimento, eventos e seus artífices são desvelados em um processo de inserção do acontecimento em um campo coerente, circunspecto por uma comunidade de controle e pouco a pouco objetivado em uma trama concisa.

Em cada uma destas fases, contudo, novas fontes podem emergir como fidedignas, e outras tantas podem não adquirir a credibilidade necessária para narrar um evento (seja pelo excesso de traumatismo que um acontecimento pode gerar na vida de

determinados sujeitos impossibilitando sua reação em face deles ou ainda pela subtração de relevância de algumas fontes no relato de uma nuance específica de algum evento). A atenção a estes desdobramentos deve ser efetivada tomando como ponto fulcral as circunstâncias únicas que se abrem a partir do acontecimento. Por este protocolo, o trabalho empírico se evidencia de suma importância por tratar com maior cautela os percursos que se estabelecem nas práticas de “fazer parte” das experiências públicas do jornal e de gestar os acontecimentos no âmago coletivo, administrando-os em função das situações concretas que atravessam a redação e que se renovam continuamente ao sabor das circunstâncias.

## Referências Bibliográficas

- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANTUNES, Elton. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de. **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.269-291.
- DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRANÇA, Vera R. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a, p.39-51.
- \_\_\_\_\_. O acontecimento e a mídia. In: **Revista Galáxia**. São Paulo, n.24, 2012b, p.10-21.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MOUILLAUD, Maurice. O sistema das citações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília, Editora UNB, 2002, p.117-144.
- NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo, Loyola, 2001.
- QUÉRÉ, Louis. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CURAPP, **Les sens du public: Publics politiques, publics médiatiques**. Paris: PUF, 2003, p.113-134.
- \_\_\_\_\_. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, n. 6, 2005, p.59-75.
- \_\_\_\_\_. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno S; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos C. (Orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.19-38.
- \_\_\_\_\_. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana de (orgs). **Acontecimento: reverberações**. BH: Autêntica, 2012, p.21-38
- \_\_\_\_\_; TERZI, Cédric. Os fundamentos sensíveis da experiência pública. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.295-307.
- TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: routinizing the unexpected. In: **American Journal of Sociology**, New York, v.79, n.1, 1973, p.110-131.
- \_\_\_\_\_. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999, p.74-90.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index>

**Estudos em Jornalismo e Mídia** está sob a [Licença Creative Commons](#)